



## LITIGÂNCIA CLIMÁTICA E O CASO URGENDA: ANÁLISE À LUZ DOS DIREITOS HUMANOS

*Climate litigation and the Urgenda Case: Analysis in the light of human rights*

**Romeu Faria Thomé da Silva**

Dom Helder Escola Superior, Belo Horizonte, MG, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2216980940476048> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0180-4871>

E-mail: [romeuprof@hotmail.com](mailto:romeuprof@hotmail.com)

**Julieth Laís do Carmo Matosinhos Resende**

Dom Helder Escola Superior, Belo Horizonte, MG, Brasil

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1527245203565188> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3388-9507>

E-mail: [juliethmatosinhos@yahoo.com.br](mailto:juliethmatosinhos@yahoo.com.br)

Trabalho enviado em 01 de novembro de 2022 e aceito em 16 de janeiro de 2023



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Quaestio Iuris., Rio de Janeiro, Vol. 16, N.02. Dossiê, 2023, p. 1221 - 1239

Romeu Faria Thomé da Silva e Julieth Laís do Carmo Matosinhos Resende

DOI: 10.12957/rqi.2023. 71042

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto a litigância climática e o caso Urgenda, tendo como principal objetivo analisar o tema à luz dos Direitos Humanos. Primeiramente, para delimitar e situar o objeto de estudo serão realizadas breves considerações sobre a litigância climática, verificando os principais precedentes que contribuíram para a evolução da jurisprudência internacional sobre o tema. A par disso, será possível analisar o caso Urgenda. A litigância climática pode ser considerada uma estratégia promissora para a proteção ao meio ambiente? Como hipótese, busca-se demonstrar a necessidade da análise do tema à luz dos Direitos Humanos, tendo como referência o Princípio do Desenvolvimento Sustentável. A escolha do tema se justifica pela relevância social e jurídica, além disso a litigância Climática é um tema atual e que requer reflexões diante dos desafios com relação ao aquecimento global, mudanças climáticas e a proteção aos direitos humanos e ao meio ambiente. A metodologia será descritivo-analítica. Os procedimentos técnicos utilizados na pesquisa para coleta de dados serão bibliográfico, doutrinário e documental. O método utilizado será o hipotético-dedutivo.

**Palavras-chave:** Aquecimento Global; Mudanças Climáticas; Litigância Climática; Caso Urgenda; Direitos Humanos; Princípio do Desenvolvimento Sustentável.

## ABSTRACT

The research presented here has as its goal the Climate litigation and the Urgenda Case, having as main objective to analyze the theme based on Human Rights. Firstly, in order to delimit and situate the study's object, will be made brief considerations about climate litigation, verifying the main precedents that contributed to international jurisprudence on the subject. Based on this, it will be possible to analyze the Case Urgenda. Can Climate Litigation be considered a promising strategy in order to protect the environment? As a Hypothesis, we seek to demonstrate the need to analyse the theme based on human rights, having as reference the principle of Sustainable Development. The social and legal relevance justify the choice of the topic, besides this the climate litigation is a current subject that requires reflections in front of the challenges related to global warming, climate change and the protection of human rights and environment. The methodology will be descriptive-analytical. The technical procedures used in the research for data collection will be bibliographic, doctrinal and documentary. The method used will be the hypothetical-deductive.

**Keywords:** Global warming; Climate changes; Climate Litigation; Case Urgenda; Human rights; Principle of Sustainable Development.

## INTRODUÇÃO

O aquecimento global pode ser definido como o aumento exponencial da temperatura média do Planeta devido à sobrecarga e concentração de gases de efeito estufa, como o gás carbônico, na atmosfera. A partir da Revolução Industrial, constata-se que as atividades humanas têm acentuado a concentração de gases do efeito estufa, principalmente os provenientes das ações antrópicas, ou seja, aqueles produzidos pela ação humana, como a queima de combustíveis fósseis.

Com a intensificação do aquecimento global, é possível constatar impactos negativos no clima, que poderão acarretar o aumento da temperatura média global e do nível dos mares e oceanos, derretimento das calotas polares, eventos climáticos extremos, crescimento do número de refugiados ambientais, entre outras consequências preocupantes, sobretudo para as futuras gerações.

As grandes mudanças ocorridas a partir da revolução industrial colocaram em pauta reflexões importantes para a sociedade internacional.

O aumento exponencial da temperatura média do planeta devido à sobrecarga e concentração de gases de efeito estufa na atmosfera e, conseqüentemente, as alterações climáticas, passaram a ser dilemas ambientais que ganharam destaque na pauta internacional nas últimas décadas. Diante desse cenário, se intensificaram as ações da comunidade internacional para estabelecer um *standard* mínimo de proteção ao meio ambiente diante dos desafios com relação ao aquecimento global e as mudanças climáticas.

O arcabouço normativo internacional apresenta três marcos que contribuíram de forma significativa para o crescente reconhecimento e uso da litigância climática como estratégia contra as mudanças climáticas: a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris.

Ao longo das últimas décadas, inúmeros encontros internacionais marcaram a busca pela proteção ao meio ambiente, tais como a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – CNUMAD, que ficou conhecida como Rio-92 ou Eco-92, e reuniu mais de cem chefes de Estado na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, para discutir instrumentos de implementação do desenvolvimento sustentável. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima foi ratificada por 196 Estados, que assumiram o compromisso de estabilizar a concentração de gases de efeito estufa antropogênicos na atmosfera.

Nesse contexto, cabe destacar também o Protocolo de Quioto de 1997. Com a ratificação de cinquenta e cinco países que juntos produziam 55% das emissões antropogênicas mundiais, os Estados desenvolvidos assumiram importantes compromissos para a redução ao menos de 5% dos níveis de emissão de gases de efeito estufa em comparação aos níveis de 1990, no primeiro período de compromisso, de 2008 a 2012.

Em 2015, na 21ª Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática realizada em Paris (França), foi adotado um novo acordo entre as Partes para limitar o aumento da temperatura a 1,5°C. Assim, o Acordo de Paris 2015, principal tratado internacional em vigor sobre mudança climática, também reforça a necessidade do aumento nos esforços para a mitigação e adaptação, bem como para o financiamento climático, tendo como objetivo principal a redução de emissão de gases estufa a partir de 2020.

Recentemente, foram definidos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que deverão ser implementados até o ano 2030, cabendo destacar o ODS 13 que dispõe sobre a “Ação contra a mudança global do clima” com o intuito de mobilizar diversos atores capazes de promover medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos. (ONU, 2022).

Entre 1º e 12 de novembro de 2021, na cidade de Glasgow, na Escócia, ocorreu a 26ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP26), que teve como um dos seus resultados a elaboração do Pacto de Glasgow para o Clima. O acordo final reafirma a necessidade de acelerar as ações climáticas para manter a meta de limitar o aquecimento global em até 1,5 graus Celsius, ressaltando a necessidade do multilateralismo e da cooperação entre os povos em matéria ambiental.

De acordo com o Relatório *Intergovernmental Panel On Climate Change* (IPPC 2018), o aumento de 1,5°C da temperatura do planeta pode causar alterações climáticas com significativas consequências, e o cenário tornar-se-á ainda mais delicado caso a temperatura global tenha elevação de 2°C em relação aos níveis pré-industriais. (INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE, 2018).

O grande desafio tem sido a resistência à implementação de medidas de mitigação da produção “humana” de gases de efeito estufa e adaptação aos novos cenários decorrentes da mudança climática, tendo em vista que tais mudanças envolvem questões econômicas e, por consequência, políticas (BERNARDO, 2017).

Diante da inércia, especialmente dos poderes executivo e legislativo de diversos países, no que tange à regulamentação, implementação e fiscalização das emissões de gases de efeito estufa, torna-se fundamental a tentativa de utilização de novos mecanismos. Nesse contexto, ganha destaque a denominada litigância climática, que se apresenta como alternativa para impulsionar

ações de controle de diminuição da emissão antropogênica de gases de efeito estufa e demais medidas de contenção às mudanças climáticas por meio da atuação do Poder Judiciário. (CARVALHO; BARBOSA, 2019).

O objetivo do presente trabalho é analisar a evolução da litigância climática em diversos tribunais, nacionais e internacionais, com destaque para o recente caso *Urgenda v. Holanda*, também conhecido como “Caso Climático”, em que pela primeira vez um Estado foi condenado judicialmente a adotar medidas efetivas contra as mudanças climáticas, sob a perspectiva da proteção dos direitos humanos.

O presente estudo se divide em duas partes. Inicialmente, serão analisados alguns dos principais precedentes relacionados à litigância climática, com destaque para o caso *Urgenda*. No segundo momento, busca-se demonstrar a importância da inter-relação entre a proteção ao meio ambiente e os direitos humanos, analisando seus pontos de convergência.

As reflexões sobre litigância climática tornam-se cada vez mais necessárias para a efetivação da proteção aos direitos humanos a partir do diálogo com a proteção ao meio ambiente. Dessa forma, o presente estudo se justifica pela atualidade do tema e da premência de implementação de mecanismos de tutela do meio ambiente equilibrado para as presentes e futuras gerações.

## 1. LITIGÂNCIA CLIMÁTICA E O CASO URGENDA

A litigância climática tem ganhado destaque na agenda internacional, tendo em vista sua relevância e atualidade, bem como as repercussões sociais, jurídicas e políticas das decisões judiciais envolvendo questões ambientais e climáticas.

A litigância climática visa impulsionar ações de controle e diminuição da emissão antropogênica de gases de efeito estufa, e demais medidas de contenção às mudanças climáticas. Pela via jurisdicional, os atores públicos e privados (nacionais e internacionais) que emitem (ou permitem) significativamente esses gases poluentes seriam responsabilizados e/ou constrangidos a adotarem comportamentos mais ativos para o alcance do compromisso global de redução do efeito estufa. (CARVALHO; BARBOSA, 2019, p. 63)

A propositura de uma ação envolvendo o equilíbrio climático proporciona repercussões em diferentes perspectivas, tais como a mudança de comportamento dos atores envolvidos e a amplificação do debate na sociedade. Com isso, além das consequências de controle e responsabilização para as partes envolvidas no processo, a litigância climática também gera resultados positivos, tendo em vista a natureza pública da matéria com a conscientização sobre a importância da proteção ao meio ambiente. (CARVALHO, 2017)

Nos processos envolvendo litigância climática constata-se que os autores são indivíduos ou grupos envolvidos com as causas ambientais e os réus são grupos que utilizam combustível fóssil no processo de fornecimento de um produto ou serviço; fornecem combustíveis fósseis; criam produtos que queimam combustíveis fósseis ou emitem gases de efeito estufa; e governos e agências que não cumprem as obrigações ambientais. (SMITH; SHEARMAN; 2006)

Dessa forma, as demandas têm como objetivo alcançar, por meio da via jurisdicional, a proteção efetiva ao meio ambiente, seja pela prevenção e redução do aquecimento global ou até mesmo por meio da compensação dos prejuízos que as mudanças climáticas poderão acarretar. (SMITH; SHEARMAN, 2006). Nesse sentido, as disputas climáticas são caracterizadas por litígios envolvendo ações de mitigação para reduzir ou prevenir emissões de gases de efeito estufa, e “litígios envolvendo medidas de adaptação ao clima para construir resiliência e reduzir os impactos negativos das mudanças climáticas nas comunidades e ecossistemas”. (BANDA; FULTON; 2017)

Não se pode olvidar que a litigância climática demanda, de todos os atores e partes envolvidas, a releitura de inúmeros institutos jurídicos, tais como o nexo de causalidade e a fixação da competência para o julgamento dos casos, o que torna o debate ainda mais instigante.

É preciso apresentar de forma clara aos tribunais, por exemplo, um conjunto probatório (previsibilidade, causa determinante, distanciamento geográfico entre as atividades e os resultados lesivos, dentre outros) que demonstre que o réu, de forma significativa, contribuiu para o aquecimento global e, por consequência, acarretou danos ao demandante.

A jurisprudência norte-americana apresenta precedentes que se tornaram referências para os tribunais de outros países, influenciando, direta e indiretamente, outras decisões nos sistemas regionais e internos de muitos Estados. Além disso, o tema passou a ser objeto de diversas pesquisas científicas, principalmente na área jurídica, que diante dos embates argumentativos, contribuíram para a consolidação e novas tendências.

Tendo em vista os principais precedentes, cabe citar os *leading cases* que fazem parte de uma primeira geração de litigância climática nos Estados Unidos. O *case Connecticut v. American Electric Power* teve início no ano de 2004 quando oito Estados e a cidade de Nova York ajuizaram ação contra *American Electric Power, American Electric Power Service, Southern Company, TVA, Xcel Energy, Cinergy Corp.* objetivando a limitação da emissão de gases de efeito estufa na queima de combustíveis fósseis para geração de energia, sob a argumentação de que estavam contribuindo para o aquecimento global e, conseqüentemente, para mudança climática.

Em 2005, a ação foi rejeitada em primeira instância, tendo como fundamento central a incompetência do Poder Judiciário para análise da demanda, que conteria reivindicações políticas. No ano 2011, a Suprema Corte norte-americana extinguiu a ação, entendendo não competir ao

Poder Judiciário interferir na regulamentação sobre emissão dos gases de efeito estufa, já que referida atribuição era destinada pelo Congresso ao EPA (Agência de Proteção Ambiental). (CONNECTICUT V. AMERICAN ELEC. POWER CO. (AEP), 406 F. SUPP. 2D 265, 35 ELR 20186. S.D.N.Y. 2005).

Ainda em 2011, o grupo de onze residentes e proprietários do Mississippi ajuizou ação coletiva no Tribunal Distrital contra onze companhias petrolíferas, sessenta e seis companhias carvoeiras e três companhias químicas. O *case Comer v. Murphy Oil* tinha como objetivo responsabilizar os réus pelos prejuízos e danos causados pelas atividades industriais ao meio ambiente, que teriam contribuído para a ocorrência do furacão Katrina. Da mesma forma, a ação foi extinta em primeira e segunda instâncias. (COMER V. MURPHY OIL USA, NO. 05-CV-436, 2007 WL 6942285. S.D. MISS. AUG. 30, 2007).

Já o *case California v. General Motors Corporation* teve início em 2006 quando o Estado da Califórnia ajuizou a ação no Tribunal Distrital do Norte da Califórnia contra as empresas *General Motors Corporation, Toyota Motor North America, Ford Motor Company, Honda North America, Chrysler Motors Corporation, Nissan North America*. O autor da ação pleiteava a responsabilização das empresas automobilísticas em decorrência das consequências derivadas das mudanças climáticas, tendo em vista a excessiva emissão de gases de efeito estufa (GEE) pelos veículos produzidos pelas rés. Em 2007, o Tribunal entendeu que as reivindicações envolviam “questões políticas”, sendo que a matéria seria de competência do Congresso e do chefe do Poder Executivo. Em 2009, a Procuradoria-Geral da Califórnia desistiu, voluntariamente, de recorrer da decisão judicial. (*California v. General Motors Corp.*, No. C06-05755 MJJ, 2007 WL 2726871, 37 ELR 20239. N.D. Cal. Sept. 17, 2007).

O cerne da discussão, nos casos acima mencionados, girava entorno da competência do Poder Judiciário para decidir sobre a redução de gases de efeito estufa, tema que seria, *a priori*, de competência do Poder Executivo, por se tratar de definição de políticas públicas.

Interessante observar que a litigância climática tem ganhado destaque para além das Cortes norte-americanas. Entre as demandas judiciais climáticas que mais ganharam notoriedade, destaca-se o caso *Lliuya v. RWE*, proposta por fazendeiro peruano Saul Lliuya, residente em Huaraz (Peru), perante a Corte Regional de Essen, na Alemanha, contra a maior produtora de energia elétrica germânica, a *Rheinisch-Westfälisches Elektrizitätswerk AG (Rhenish-Westphalian Power Plant ou RWE)*. O autor alegou que as atividades da RWE contribuíam para o derretimento no gelo no topo das montanhas da região e que o Lago Palcacocha, localizado próximo à cidade de Huaraz, teve um notável aumento em seu volume, desde 1975, quadro que se agravou a partir do ano de 2003, colocando em risco os seus 120 mil habitantes. (SARLET; WEDY, 2020)



Em sede de recurso, o Tribunal de Justiça de Hamm rejeitou as razões da Corte *a quo*, admitindo a possibilidade de análise, pelo Poder Judiciário, de pedido de responsabilização por danos decorrentes de mudanças climáticas. A Corte entendeu que o Poder Judiciário, ao apreciar o mérito da demanda, não viola o princípio da separação dos poderes e concluiu que o caso pode ser decidido com base nas leis existentes.

Nesse sentido, constata-se a alteração do posicionamento dos tribunais sobre o assunto. Como verificado nos *cases* norte-americanos, o maior desafio se voltava para o debate sobre a competência do Poder Judiciário para decidir sobre a obrigação de redução de emissões gases de efeito estufa. Com o tempo, essa discussão ganha outros contornos, como demonstrado no caso *Lliuya v. RWE*, em que a Corte admitiu a possibilidade de análise, pelo Poder Judiciário, de pedido de responsabilização por danos decorrentes de mudanças climáticas, reiterando que não ofenderia o princípio da separação dos poderes.

Além da superação da controvérsia em relação à competência do Poder Judiciário para analisar questões relativas às mudanças climáticas, constata-se que o tema passou a ganhar outras abordagens a partir da hermenêutica dos tribunais. De fato, os precedentes norte-americanos influenciaram para que tribunais estrangeiros e sistemas regionais passassem a analisar conflitos envolvendo fontes responsáveis pelas alterações do clima no planeta.

No contexto regional interamericano, por exemplo, pode-se destacar o caso *Lhaka Honhat v. Argentina*, julgado pela Corte Interamericana em fevereiro de 2020. O processo envolveu 132 comunidades indígenas que tiveram suas terras invadidas, o que violaria o direito à propriedade comunitária, ao meio ambiente e à identidade cultural. O Estado argentino foi condenado pelo fato de não ter garantido segurança jurídica às referidas comunidades. (NINO, 2020)

O caso se destaca, justamente, pela mudança de visão dentro do Sistema Interamericano com relação às comunidades indígenas, ao considerar não somente a proteção aos direitos civis e ao direito à propriedade comunitária, mas também aos direitos econômicos, sociais e culturais, principalmente a identidade cultural, o meio ambiente sadio, a alimentação adequada e a água, tendo como fundamento a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Assim, com o aprofundamento das discussões em diferentes perspectivas, a litigância climática passa ser tema mais presente nos tribunais, como constata Wit, Seneviratne e Calford (2020), ao afirmarem que

Globalmente, 2019 viu um forte aumento nos litígios relacionados ao clima. Em janeiro de 2020, o número total de casos de mudanças climáticas arquivados até o momento atingiu aproximadamente 1.444, acima dos 1.302 desde nossa atualização em março do ano passado. Os casos já foram arquivados em pelo menos 33 países, além de casos levados a tribunais ou comissões regionais ou internacionais. A grande maioria desses casos continua a ser iniciada nos Estados Unidos (EUA), seguido pela Austrália, Reino Unido, União Europeia, Nova Zelândia, Canadá e Espanha.



Nesse contexto, a inter-relação entre a proteção ao meio ambiente e os direitos humanos passa a se apresentar como uma nova perspectiva argumentativa na litigância climática, como ficou consolidado no recente caso envolvendo *Urgenda Foundation v. Holanda*, justamente pela relevância da decisão no que se refere a inter-relação entre os direitos humanos e as questões climáticas.

O caso Urgenda – também conhecido como “Caso Climático” – é paradigmático, tendo em vista tratar-se da primeira determinação judicial para que um Estado adote medidas efetivas diante das mudanças climáticas.

A Fundação Urgenda (fundação ambiental holandesa que representava 886 cidadãos holandeses) ingressou na Corte Distrital de Haia contra o Governo, pleiteando a redução de emissão de gás de efeito estufa de, no mínimo, 25% até o fim de 2020, tendo como referencial os níveis de 1990. Na primeira decisão, no ano de 2015, o Tribunal Distrital de Haia emitiu ordem para que o governo reduzisse as emissões de gases de efeito estufa em pelo menos 25% em relação aos níveis de 1990 nos cinco anos seguintes.

O governo recorreu da referida decisão, mas, em 09 de outubro de 2018, o Tribunal de Apelação de Haia negou provimento e decidiu novamente a favor de Urgenda, em uma decisão considerada histórica por mencionar obrigações previstas na Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

O tribunal de Haia ordenou que o estado holandês limitasse as emissões de GEE a 25% abaixo dos níveis de 1990 até 2020, considerando a promessa existente do governo de reduzir as emissões em 17% insuficiente para cumprir a justa contribuição do estado para a meta da ONU de manter o aumento da temperatura global dentro dois graus Celsius das condições pré-industriais. O tribunal concluiu que o Estado tem o dever de tomar medidas de mitigação das alterações climáticas devido à “gravidade das consequências das alterações climáticas e ao grande risco de ocorrência de alterações climáticas”. Ao chegar a esta conclusão, o tribunal citou (sem aplicar diretamente) o Artigo 21 da Constituição Holandesa; metas de redução de emissões da UE; princípios da Convenção Europeia de Direitos Humanos; o princípio de “nenhum dano” do direito internacional; a doutrina da negligência perigosa; o princípio da justiça, o princípio da precaução e o princípio da sustentabilidade incorporados na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; e o princípio de um alto nível de proteção, o princípio da precaução e o princípio da prevenção incorporados na política climática europeia. (*Urgenda Foundation v. Estado dos Países Baixos*)

A decisão ratificou a obrigação de redução de pelo menos 25% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) até ao final de 2020 de acordo com a decisão recorrida, tendo em vista o dever de cuidado do Estado. Não satisfeito, o Governo holandês apelou à Suprema Corte, que em setembro de 2019 manteve a decisão de primeiro grau e emitiu decisão de cunho mandamental. As alterações climáticas não mitigadas representam uma ameaça grave para muitos países. Nesse

sentido, argumentos de que as emissões de GEE pela Holanda não produziriam um grande efeito em nível global não eximiram o país da sua obrigação de adotar as medidas necessárias à redução de suas próprias emissões.

In short, the essence of the Supreme Court's judgment is that the order which the District Court issued to the State and which was confirmed by the Court of Appeal, directing the State to reduce greenhouse gases by the end of 2020 by at least 25% compared to 1990, will be allowed to stand. Pursuant to Articles 2 and 8 ECHR, the Court of Appeal can and may conclude that the State is obliged to achieve that reduction, due to the risk of dangerous climate change that could have a severe impact on the lives and welfare of the residents of the Netherlands. (ECLI:NL:HR:2019:2007)

A decisão no Caso Urgenda foi calcada em teorias consagradas dos direitos humanos, estabelecendo expressamente a preocupação com os danos causados as presentes e futuras gerações, o que demonstra a evolução nas bases argumentativas envolvendo litigância climática para além de discussões voltadas para a competência do poder judiciário. Passa a se tornar evidente a importância de medidas efetivas na proteção ao meio ambiente e à vida, reafirmando o papel fundamental do judiciário nesse contexto, quando se verifica uma ausência de atuação efetiva por parte dos outros poderes.

Nesse sentido, no referido caso, a decisão ressalta o dever de cuidado pelo réu e a obrigação do Estado de evitar a mudança climática e suas consequências para a humanidade, o que comprova a evolução e aprofundamento das discussões por meio de uma decisão considerada histórica por mencionar obrigações previstas na Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

The European Convention on the Protection of Human Rights and Fundamental Freedoms (ECHR) requires the states which are parties to the convention to protect the rights and freedoms established in the convention for their inhabitants. Article 2 ECHR protects the right to life, and Article 8 ECHR protects the right to respect for private and family life. According to the case law of the European Court of Human Rights (ECtHR), a contracting state is obliged by these provisions to take suitable measures if a real and immediate risk to people's lives or welfare exists and the state is aware of that risk. The obligation to take suitable measures also applies when it comes to environmental hazards that threaten large groups or the population as a whole, even if the hazards will only materialise over the long term. While Articles 2 and 8 ECHR are not permitted to result in an impossible or disproportionate burden being imposed on a state, those provisions do oblige the state to take measures that are actually suitable to avert the imminent hazard as much as reasonably possible. Pursuant to Article 13 ECHR, national law must offer an effective legal remedy against a violation or imminent violation of the rights that are safeguarded by the ECHR. This means that the national courts must be able to provide effective legal protection. (ECLI:NL:HR:2019:2007)

Além disso, o julgado enfatizou e reafirmou a importância da aplicação efetiva do princípio da precaução às questões climáticas, uma vez tratar-se de garantia contra os riscos potenciais que, de acordo com o estado atual do conhecimento, não podem ser ainda identificados.

A ausência de certeza científica não pode ser utilizada como justificativa diante da necessidade de adoção de medidas urgentes.

Segundo Thomé e Diz (2018, p. 45),

(...) o princípio da precaução pode ser considerado como um instrumento que reflete uma característica do ser humano: a abordagem precautória, segundo a qual o ser humano visa diminuir os riscos aos quais está exposto (BECK, 2008). Essa abordagem tem surgido como um imperativo da política ambiental. Quando se depara com uma situação em que o efeito do dano é incerto, o princípio da precaução demanda uma postura mais conservadora no que tange à assunção de riscos (...).

Dessa forma, constata-se uma “virada” da abordagem argumentativa pautada na violação dos direitos humanos, antes vista como vaga e imprecisa, que vem agora ganhando novos contornos, como em alguns casos de litigância climática, consolidando a relação entre os direitos humanos e as questões climáticas, endossada pelo Acordo de Paris. (PEEL; OSOFSKY; 2018).

Essa nova vertente argumentativa, voltada para violação de direitos humanos, pode redirecionar a atenção política e social para as consequências das mudanças climáticas. Para McCormick *et. Al* (2018), diante dessa perspectiva, principalmente pelas constatações científicas e técnicas, pautar a argumentação nos direitos humanos pode impulsionar a cooperação e solidariedade compartilhada entre os diversos atores em assumirem responsabilidades de forma conjunta e efetiva. A litigância climática poderia, nesse contexto, se apresentar como mais um instrumento para proteção dos humanos no contexto de desequilíbrio climático.

## **2. Litigância climática à luz dos direitos humanos e o princípio do desenvolvimento sustentável**

Os direitos humanos podem ser entendidos como direitos da pessoa humana protegidos pela ordem internacional, principalmente por meio de tratados multilaterais, globais ou regionais, contra as violações que um Estado possa ocasionar às pessoas sujeitas à sua jurisdição. (MAZZUOLI, 2020).

Como realça Norberto Bobbio, os direitos humanos não nascem todos de uma vez, nem de uma vez por todas. Para Hannah Arendt, os direitos humanos não são um dado, mas um construído, uma invenção humana, em constante processo de construção e reconstrução. Refletem um construído axiológico, a partir de um espaço simbólico de luta e ação social. No dizer de Joaquín Herrera Flores, os direitos humanos compõem uma racionalidade de resistência, na medida em que traduzem processos que abrem e consolidam espaços de luta pela dignidade humana. Invocam, nesse sentido, uma plataforma emancipatória voltada para a proteção da dignidade humana. (PIOVESAN, 2015, p.43-44)

De acordo com Flávia Piovesan (2015, p. 45), “se a Segunda Guerra significou a ruptura com os direitos humanos, o Pós-Guerra deveria significar a sua reconstrução”. O Direito Internacional dos Direitos Humanos surge, justamente, dos primeiros esforços da sociedade internacional na reconstrução dos direitos humanos, a partir da instituição da Organização das Nações Unidas em 1945 e da criação dos três documentos que integram a Carta Internacional de Direitos Humanos das Nações Unidas ONU (1945): a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966) e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966). A partir desse momento histórico surgem diversos tratados cujas disposições buscam a proteção à pessoa humana.

Trata-se de uma interpretação *pro homine*, orientada à condição das vítimas, e que reclama a humanização dos postulados tanto do direito internacional como direito público interno. [...] Na interpretação dos tratados de direitos humanos prevalece a natureza objetiva das obrigações que consagram, voltadas à proteção dos direitos humanos, o que equivale a uma interpretação em busca da realização do propósito último desses tratados, qual seja, a proteção dos direitos do ser humano (CANÇADO TRINDADE, 2003p. 45-46).

Tradicionalmente, o Direito Internacional Público se divide em três vertentes: Direito Internacional dos Direitos Humanos, Direito Internacional Humanitário e Direito Internacional dos Refugiados. De acordo com Cançado Trindade (2003), apesar dessa separação entre esses ramos, há que sempre se levar em consideração a convergência entre eles, uma vez que um completa o outro, com o objetivo final de abrangência e integralidade na proteção dos direitos humanos.

Com o passar do tempo, novos temas foram inseridos na pauta da agenda internacional, refletindo o contexto histórico de cada época. Os ramos do Direito Internacional Público se tornaram cada vez mais específicos, tais como o Direito Internacional do Meio Ambiente, que passou a indicar a necessidade de internacionalização dos instrumentos de proteção do meio ambiente.

Tanto no âmbito do Direito Internacional de Direitos Humanos quanto do Direito Ambiental Internacional, constata-se um progressivo reconhecimento da inter-relação entre o enfrentamento das mudanças climáticas globais e a proteção dos direitos humanos, fenômeno denominado por alguns autores como o “esverdeamento” dos direitos humanos. Nesse sentido, o objetivo deste ensaio é justamente analisar a inter-relação entre o direito ambiental e os direitos humanos, sob o pano de fundo do caso Urgenda. Conforme salientado por Cançado Trindade (1993), é importante reconhecer os esforços internacionais em estabelecer um paralelo entre os dois temas, uma vez que a proteção ambiental se encontra ligada à questão dos direitos humanos. Segundo Paulo Affonso Leme Machado,

O Direito Ambiental é um direito sistematizador, que faz articulação da legislação, da doutrina e da jurisprudência concernentes aos elementos que integram o ambiente. Procura evitar o isolamento dos temas ambientais e sua abordagem antagônica. Não se trata mais de construir um Direito das águas, um Direito da atmosfera, um Direito do solo, um Direito florestal, um Direito da fauna ou um Direito da Biodiversidade. O Direito Ambiental não ignora o que cada matéria tem de específico, mas busca interligar estes temas com a argamassa da identidade dos instrumentos jurídicos de prevenção e de reparação, de informação, de monitoramento e de participação (MACHADO, 2015, p. 50-51)

Nesse mesmo sentido, observa Paulo de Bessa Antunes:

Entendo que o Direito Ambiental pode ser definido como um direito que tem por finalidade regular a apropriação econômica dos bens ambientais, de forma que ela se faça levando em consideração a sustentabilidade dos recursos, o desenvolvimento econômico e social, assegurando aos interessados a participação nas diretrizes a serem adotadas, bem como padrões adequados de saúde e de renda. Ele se desdobra em três vertentes fundamentais, que são constituídas pelo: (i) direito ao meio ambiente, (ii) direito sobre o meio ambiente e (iii) direito do meio ambiente. Tais vertentes existem, na medida em que o direito ao meio ambiente é um direito humano fundamental que cumpre a função de integrar os direitos à saudável qualidade de vida, ao desenvolvimento econômico e à proteção dos recursos naturais. [...] O Direito Ambiental tem uma dimensão humana, uma dimensão ecológica e uma dimensão econômica que devem ser compreendidas harmoniosamente. (ANTUNES, 2014, p.11)

No ano de 2008, por exemplo, quando o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) editou a Resolução 7/23, fez questão de mencionar expressamente a preocupação com as mudanças climáticas e sua relação com a proteção aos direitos humanos. (PEEL; OSOFSKY, 2018).

Já em 2015, o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), no relatório *Understanding Human Rights and Climate Change*, relaciona os direitos fundamentais ameaçados, ressaltando entre as recomendações a preocupação com a proteção a pessoa humana, principalmente aquelas que se encontram entre minorias e grupos vulneráveis.

Nesse mesmo sentido, cabe citar o preâmbulo do Acordo de Paris:

[...] devem, ao adotar medidas para enfrentar as mudanças climáticas, respeitar, promover e considerar suas respectivas obrigações em matéria de direitos humanos, direito à saúde, direitos de povos indígenas, de comunidades locais, de migrantes, de crianças, de pessoas com deficiências e de pessoas em situações vulneráveis e o direito ao desenvolvimento, assim como igualdade de gênero, empoderamento das mulheres e equidade intergeracional (CONFERÊNCIA DAS PARTES, 2015, p.2).

Em 2010, durante a COP 16 realizada em Cancun, a Resolução 10/4 do Conselho de Direitos Humanos da ONU reconhece as implicações diretas e indiretas do aquecimento global sobre os direitos fundamentais. (PEEL; OSOFSKY, 2018).

Nesse contexto de inter-relação dos direitos humanos com o meio ambiente, cabe destacar o princípio do desenvolvimento sustentável, que tem como objetivo estabelecer o equilíbrio entre o crescimento econômico, a proteção do meio ambiente e a equidade social.

Na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente, um dos documentos resultantes da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92 ou Eco-92), os países signatários assumiram importantes compromissos para promover o desenvolvimento sustentável, tendo como enfoque os seres humanos, com destaque para o reconhecimento do meio ambiente equilibrado como direito humano.

O primeiro princípio da Declaração do Rio prevê que “os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva, em harmonia com a natureza”. (ONU, Declaração Meio Ambiente e o Desenvolvimento, 1992). O Princípio 3 do documento estabelece que: “O direito ao desenvolvimento deve ser exercido de tal forma que responda equitativamente às necessidades de desenvolvimento e ambientais das gerações presentes e futuras”. (ONU, Declaração Meio Ambiente e o Desenvolvimento, 1992).

Além disso, o Princípio 4 estabelece que “a fim de atingir o desenvolvimento sustentável, a proteção do ambiente deverá constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não poderá se considerar em forma isolada”. (ONU, Declaração Meio Ambiente e o Desenvolvimento, 1992). O crescimento econômico, como preconiza o princípio do desenvolvimento sustentável, deve ser analisado em diálogo com a preservação dos recursos ambientais e com as questões sociais, uma vez que o modelo atual de desenvolvimento encontra desafios relacionados aos impactos ambientais e a pobreza. Nesse sentido, o Princípio 5 ressalta a importância da vertente social:

Todos os Estados e todas as pessoas deverão cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza como requisito indispensável ao desenvolvimento sustentável, a fim de reduzir as disparidades nos níveis de vida e responder melhor às necessidades da maioria dos povos do mundo. (ONU, Declaração Meio Ambiente e o Desenvolvimento, 1992)

Os desafios com relação as questões climáticas exigem uma atuação conjunta de toda sociedade, ou seja, uma governança ambiental global, capaz de envolver diversos atores, como grandes empresas, indústrias, corporações e Poder Público na defesa do meio ambiente.

A estratégia processual argumentativa pautada na violação ao sistema climático sadio derivado do mandamento universal de proteção ao meio ambiente inserto na gama de direitos humanos fundamentais encontra desafios substanciais. Isso porque, precede à discussão inter partes o fato de que “a consideração do direito ao meio ambiente sadio como um direito humano, em sede global e regional, ou como um direito fundamental, pelos Estados, ainda encontra óbices de efetividade. As inter-relações entre os sistemas internos e internacionais, que



deveriam sinergicamente promovê-lo, encontram obstáculos que se entrecruzam centrípeta e centrifugamente, vale dizer, da comunidade internacional para os Estados e destes para aquela.” Mas há de se ressaltar que “direito e política ambientais tendem a avançar, quando há o envolvimento da sociedade civil e, ao mesmo tempo, quando os Estados se propõem a colaborar mais do que a competir. Os dois fatores se estimulam reciprocamente e são os instrumentos mais eficazes para superar os óbices, as forças dissipadoras de integração dos sistemas de proteção.” Esse envolvimento mútuo da sociedade civil e dos Estados nacionais na promoção e proteção do meio ambiente e sistema climático equilibrados podem ser exteriorizados, por exemplo, pela via das demandas climáticas e suas repercussões na governança (ambiental, regional e global) (SAMPAIO; COSTA; 2015).

Para Giddens (2010), o Estado deve ser o ator principal a incentivar a integração entre os aspectos locais, regionais, nacionais e internacionais da política da mudança climática. Dessa forma, para se alcançar a efetividade dos compromissos assumidos internacionalmente, os Estados devem implementá-los em âmbito interno, o que se mostra como um grande desafio.

O cumprimento das obrigações internacionais de proteção requer o concurso dos órgãos internos dos Estados, que são efetivamente chamados a aplicar as normas internacionais. Estas últimas se aplicam sobretudo no âmbito do ordenamento jurídico interno dos Estados, não mais portanto se justificando que, no presente domínio de proteção, o direito internacional e o direito interno continuem sendo abordados de forma estática e compartimentalizada, como foram outrora. Da adoção e aperfeiçoamento das medidas nacionais eficazes de implementação depende hoje em grande parte – estamos convencidos – a evolução própria proteção internacional dos direitos humanos. Cumpre abordar a temática dos direitos humanos tomando as normas relevantes do direito internacional e do direito constitucional em conjunto, conformando um todo harmônico, e não mais contrapondo-as como no passado. (CANÇADO TRINDADE, 2003, p. 41)

Portanto, fica evidente a necessidade de se estabelecer novas vias para se alcançar, em âmbito interno, a implementação e a efetividade das ações direcionadas à manutenção do equilíbrio climático. Os compromissos internacionais assumidos, que muitas vezes passam a compor normas e políticas públicas internas, devem ser interpretados e implementados, também pelos tribunais, levando-se em consideração os direitos fundamentais das presentes e futuras gerações.

## CONCLUSÃO

O caso Urgenda torna-se paradigmático na medida em que estabelece uma análise pautada na proteção aos direitos humanos, consolidando o necessário diálogo entre as questões ambientais e a proteção à pessoa humana.

A exposição a riscos e efeitos decorrentes das mudanças climáticas vem sendo considerada como uma situação de violação de direitos humanos, especialmente do direito à vida. Como se sabe, as implicações das mudanças climáticas afetam principalmente direitos fundamentais, tais como o direito ao meio ambiente sadio, o direito à vida digna, o direito à água, o direito à alimentação



adequada, o direito à saúde, o direito à moradia (refugiados ambientais), o direito à propriedade e os direitos culturais (envolvendo tradições indígenas).

Problemas globais exigem responsabilidades globais, sendo necessário mobilizar todos os setores da sociedade para efetivar a implementação dos instrumentos internacionais de proteção ambiental, tais como governos locais, ONU, organizações financeiras, organizações da sociedade civil em prol da conservação ambiental, do desenvolvimento sustentável, da qualidade de vida, da democracia e da justiça climática.

Diante dos desafios atuais, a litigância climática passa a ser considerada por muitos como estratégia “promissora e esperançosa” para impulsionar, pela via jurisdicional, ações de controle e diminuição da emissão antropogênica de gases de efeito estufa e demais medidas de contenção às mudanças climáticas. Nesse sentido, a litigância climática poderia ser considerada como mais um instrumento de governança socioambiental na medida em que direciona as ações da sociedade e do Poder Público no que tange à proteção ao meio ambiente e à manutenção do equilíbrio climático.

A partir da análise jurisprudencial é possível constatar uma espécie de virada argumentativa, calcada nos direitos humanos, que se consolida e consegue, muitas vezes, mobilizar a sociedade internacional e diferentes atores no sentido da adoção de medidas para redução da emissão de gases de efeito estufa a fim de que o aquecimento global não alcance as projeções de aumento significativo nos próximos anos.

A urgência das ações exigidas em virtude das mudanças climáticas impõe a necessidade de utilização dos mais diversos instrumentos de proteção ambiental disponíveis, e a via jurisdicional é uma delas, como demonstra o caso Urgenda.

## REFERÊNCIAS

ACORDO DE PARIS, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/Acordo-de-Paris.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2022.

ANTUNES, Paulo de Bessa. Direito Ambiental. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

BANDA, Maria L.; FULTON, C. Scott. Litigating climate change in national courts: recent trends and developments in global climate law. *Environmental Law Reporter*, Washington, v. 47, p. 10121-10134, jan. 2017. Disponível em: <https://www.eli.org/sites/default/files/elr/featuredarticles/47.10121.pdf>. Acesso em: 01 jul 2022.

BERNARDO, Vinicius Lameira. Mudanças climática: estratégia de litigância e o poder do judiciário no combate às causas do aquecimento global no contexto brasileiro. *Revista de Direito Ambiental*, Porto Alegre, a. 22, v. 88, p. 517-548, out./dez. 2017. p. 518-519.



BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 15 jun. 2022.

California v. General Motors Corp., No. C06-05755 MJJ, 2007 WL 2726871, 37 ELR 20239 (N.D. Cal. Sept. 17, 2007)

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *Tratado de direito internacional dos direitos humanos*. Volume I. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003, v. I, p. 41.

CANÇADO TRINDADE. Direitos humanos e meio-ambiente: paralelo dos sistemas de proteção internacional. Fabris, 1993. p. 23-51.

CARVALHO, Délton Winter de. Gestão jurídica ambiental. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

CARVALHO, Délton Winter de. Uma incursão sobre a litigância climática: entre mudança climática e responsabilidade civil. In: MIRANDA, Jorge; GOMES, Carla Amado (coord.). *Diálogo ambiental, constitucional e internacional*. Lisboa: Faculdade de Direito de Lisboa; Multimédia, 2017. v. 6. p. 95-118. Disponível em: [http://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook\\_dialogoambiental\\_6\\_3-18.pdf](http://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_dialogoambiental_6_3-18.pdf). Acesso em: 15 jun. 2022.

CARVALHO, Délton Winter de; BARBOSA, Kelly de Souza. Litigância climática como estratégia jurisdicional ao aquecimento global antropogênico e mudanças climáticas. *Revista de Direito Internacional*. UNICEUB, Brasília, Vol. 16, n.2, 2019.

CONNECTICUT V. AMERICAN ELEC. POWER CO. (AEP), 406 F. SUPP. 2D 265, 35 ELR 20186 (S.D.N.Y. 2005).

CONTIPELLI, Ernani de Paula. Política internacional climática: do consenso científico à governança global. *Direito e Desenvolvimento*, João Pessoa, v. 9, n. 2, p. 83- 94, ago./dez. 2018.

CONVENÇÃO SOBRE MUDANÇA DO CLIMA, 1992. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2014/08/conven-caomudancadoclima.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2022.

CUNHA, K. B.; REI, F. Proteção dos direitos humanos como meio para litígios climáticos. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 18, n. 40, p. 189- -217, jan./abr. 2021. Disponível em: <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/1551>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ECLI:NL:HR:2019:2007. Disponível em: [http://climatecasechart.com/wp-content/uploads/sites/16/non-us-case-documents/2020/20200113\\_2015-HAZA-C0900456689\\_judgment.pdf](http://climatecasechart.com/wp-content/uploads/sites/16/non-us-case-documents/2020/20200113_2015-HAZA-C0900456689_judgment.pdf)

GIDDENS, Anthony. A política da mudança do clima. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GIMENO, Santiago Salvador. La interpretación del concepto de “refugiado” en los litigios derivados de las migraciones climáticas. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7579370>. Acesso em: 05 jul. 2022.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Summary for policymakers. In: *Special report: global warming of 1,5°C*. Geneva: World Meteorology Organization, 2018. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/sr15/chapter/summary-for-policy-makers/>. Acesso em: 10 jul. 2022.



MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Direito Ambiental brasileiro*. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

MASSACHUSETTS V. EPA, 549 U.S. 497, 525-26, 37 ELR 20075 (2007). SABIN CENTER FOR CLIMATE CHANGE LAW. Climatechange litigation databases. New York: Columbia Law School; Arnold & Porter Kaye Scholer LLP, 2019. Disponível em: <http://climatecasechart.com/>. Acesso em: 15 jan. 2019.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. *Curso de direito internacional público*. 11. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

MCCORMICK, Sabrina; SIMMENS, Samuel J.; GLICKSMAN, Robert; PADDOCK, LeRoy; KIM, Daniel; WHITED, Brittany. The role of health in climate litigation. *American Journal of Public Health: AJPH Law & Ethics*, Washington, v. 108, n. S2, suppl. 2, p. S104-S108, apr. 2018. Disponível em: <https://ajph.aphapublications.org/doi/pdf/10.2105/AJPH.2017.304206>. Acesso em: 10 jul. 2022.

NIÑO, Natalia Castro. Corte IDH: hacia un eventual litigio climático? Disponível em: <https://www.accolli.org/post/corte-idh-hacia-un-eventual-litigio-clim%C3%A1tico>. Acesso em: 07 jul. 2022.

ONU. Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Disponível em: [https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A\\_CONF.151\\_26\\_Vol.I\\_Declaration.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_CONF.151_26_Vol.I_Declaration.pdf). Acesso em: 05 jul. 2022.

ONU. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/13>. Acesso em: 05 jul. 2022

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Conferência das Nações Unidas sobre mudança do clima. Brasil, 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/cop21/>. Acesso em: 02 jul. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Protocolo de Quioto, 1997. Disponível em: [http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/Protocolo\\_Quioto.pdf](http://mudancasclimaticas.cptec.inpe.br/~rmclima/pdfs/Protocolo_Quioto.pdf). Acesso em: 02 jul. 2022.

PEEL, Jacqueline; OSOFSKY, Hari M. A rights turn in climate change litigation? *Transnational Environmental Law*, Cambridge, v. 7, n. 1, p. 37–67, mar. 2018. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/transnational-environmental-law/article/rights-turn-in-climate-change-litigation/0E35456D7793968F37335429C1163EA1>. Acesso em: 15 jun. 2022. p. 38-39; 60-67.

PINTO, João Batista Moreira; SAMPAIO, José Adércio Leite; BIZAWU, Sébastien Kiwonghi. Processo de constituição do desenvolvimento sustentável: das relações e concepções sócio-históricas à instituição e proteção internacional. Instituto Memória, 2016.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano*. 6. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2015.

QUINTANA, Fernando. La ONU y la exégesis de los derechos humanos: una discusión teórica de la noción. Porto Alegre, Sergio Fabris / Unigranrio, 1999.

SABIN CENTER FOR CLIMATE CHANGE LAW. Climate change litigation databases. New York: Columbia Law School; Arnold & Porter Kaye Scholer LLP, 2019. Disponível em: <http://climatecasechart.com/>. Acesso em: 15 jan. 2019.

SAMPAIO, José Adércio Leite; COSTA, Beatriz Souza. As complicadas inter-relações entre os sistemas internos e internacionais de proteção do direito ao meio ambiente sadio. *Revista de Direito*

*Internacional*, Brasília, v. 12, n. 2, p. 785-803, 2015. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/3748/pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

SARLET, Ingo Wolfgang; WEDY, Gabriel. Notas sobre os assim chamados “litígios climáticos” na Alemanha – o caso Iliuya vs. Rwe. *Joaçaba*, v. 21, n. 1, p. 277-296, jan./jun. 2020.

SMITH, Joseph; SHEARMAN, David. An introduction to climate change litigation. *In: Climate change litigation*. Australia: Presidian Legal Publications, 2006. cap. 1. p. 11.

THOMÉ, Romeu; DIZ, Jamile Bergamaschine Mata. Belo Horizonte: Revista Veredas do Direito, v.15, n.32, p.39-66, maio/agosto de 2018. Disponível em <http://revista.domhelder.edu.br/index.php/veredas/article/view/1317>

THOMÉ, Romeu. Manual de Direito Ambiental. 10. ed. rev. atual. e ampl. Salvador: JusPODIVM, 2020.

URGENDA FOUNDATION V. ESTADO DOS PAÍSES BAIXOS. Disponível em: <http://climatecasechart.com/non-us-case/urgenda-foundation-v-kingdom-of-the-netherlands/>. Acesso em 19 dez.2022

WIT, Elisa de; SENEVIRATNE, Sonali; CALFORD, Huw. Climate change litigation update. Norton Rose Fullbrighth, 2020.

#### Sobre os autores:

##### **Romeu Faria Thomé da Silva**

Pós-Doutor em Direito Ambiental pela Université Laval, Canadá. Doutor em Direito pela PUC-MG. Mestre em Direito pela UFMG. Coordenador e Professor do Doutorado e do Mestrado Acadêmico em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Dom Helder Escola Superior. Dom Helder Escola Superior, Belo Horizonte, MG, Brasil  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2216980940476048> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0180-4871>  
E-mail: romeuprof@hotmail.com

##### **Julieth Laís do Carmo Matosinhos Resende**

Doutoranda em Direito Ambiental na Dom Helder Escola Superior. Bolsista FAPEMIG. Pesquisadora GP: Licenciamento Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Mudanças Climáticas. Mestra em Direitos Fundamentais pela Universidade de Itaúna - UIT. Professora. Dom Helder Escola Superior, Belo Horizonte, MG, Brasil  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1527245203565188> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3388-9507>  
E-mail: juliethmatosinhos@yahoo.com.br

**Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.**